



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0273914-6

COMARCA: 4ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

APELANTE: SOTILTEC EMPREENDIMENTOS LTDA

APELADO: EC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO CAMBIAL - ART. 238, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC - SE PRESUMEM VÁLIDAS AS COMUNICAÇÕES E INTIMAÇÕES DIRIGIDAS AO ENDEREÇO RESIDENCIAL OU PROFISSIONAL DECLINADO NA INICIAL - APELO DESPROVIDO - SENTENÇA PRESERVADA - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da APELAÇÃO CÍVEL nº 0273914-6, em que figuram como Apelante SOTILTEC EMPREENDIMENTOS LTDA e como Apelado EC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *"Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo, nos termos dos votos da Turma"*. Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 01 de abril de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0273914-6

APELANTE: SOTILTEC EMPREENDIMENTOS LTDA

APELADO: EC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação Declaratória de Nulidade de Título Cambial.

Sentença recorrida: A sentença de fls. 118/121v, julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados pela parte autora, para: a) declarar a inexistência da dívida entre as partes no tocante aos títulos (duplicatas) questionados e enviados para o respectivo protesto, tornando definitiva a liminar concedida na ação cautelar; b) não acolheu a pretensão de indenização por perdas e danos. Indeferiu o pedido formulado pela demandada, em sede de contestação, na ação cautelar, referente à condenação da suplicante nas penas da litigância de má-fé, uma vez que não vislumbro, no caso, a ocorrência de nenhuma das hipóteses previstas nos incisos do art. 17 do CPC, autorizadoras da aplicação de tal penalidade. Em virtude da sucumbência mínima da parte autora (art. 21, parágrafo único, do CPC), condenou o réu/apelado ao pagamento das custas processuais, bem como honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado.

Objeto: Apelação com pedido de reforma total sentença hostilizada (fls. 151/157).

Razões recursais: Alega o insurgente que a citação foi encaminhada para o endereço no qual não mais se encontrava sediado, não podendo, dessa forma, considerar-se válida a citação.

Contra-razões: Às fls. 168/171, pela manutenção da sentença e desprovimento do apelo.

É o que importa relatar.

À Douta revisão.

Recife, 16 de julho de 2012.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0273914-6

APELANTE: SOTILTEC EMPREENDIMENTOS LTDA

APELADO: EC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Da análise dos presentes autos depreendo que a apelante sustenta a nulidade da citação, sob a alegação de que ela restou destinada a endereço no qual não mais se encontrava sediada, qual seja, à Rua Marechal Deodoro, nº 700, sala 04, Torreão, Recife-PE.

Com efeito, entendo ter sido escoreita a sentença, vez que se presumem válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial ou profissional declinado na inicial, contestação ou embargos, cumprindo às partes atualizar o respectivo endereço sempre que houver modificação temporária ou definitiva. (Art. 238, parágrafo único, do Código de Processo Civil).

Logo, se não restou evidenciada, de forma explícita, no presente processo, a alteração do endereço da parte apelante, bem como requerimento no sentido de que as futuras citações/intimações fossem destinadas a endereço diverso do apontado na inicial, não se poderia exigir, portanto, a alteração do endereço, *ex officio*, pelo juízo a quo ou pela parte apelada.

Observe, ainda, que houve a apresentação de contestação, o que demonstra, contrariamente à posição sustentada pela apelante, a eficácia da citação no endereço explicitado na peça exordial.

No mesmo sentido colaciono o seguinte julgado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE EXECUÇÃO - SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO POR ABANDONO DA CAUSA, NOS TERMOS DO ART. 267, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - RECURSO DA CREDORA. ALEGADA AUSÊNCIA DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL DA EXEQUENTE PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO - TESE REJEITADA - CIENTIFICAÇÃO DEVIDAMENTE FORMALIZADA - EXEGESE DO ARTIGO 238, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC - ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO QUE DEVE SER INFORMADA AO JUÍZO MEDIANTE COMUNICAÇÃO EXPRESSA, NÃO BASTANDO A MERA INFORMAÇÃO, DE PRAXE, CONSTANTE EM INSTRUMENTO DE MANDATO CARREADO AOS AUTOS - INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA OU VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL - DESNECESSIDADE DE RENOVAÇÃO DO ATO OU, MESMO, DE PROCEDER-SE À INTIMAÇÃO EDITALÍCIA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EXTINTIVA QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 267, III, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 238 PARÁGRAFO ÚNICO CPC (800136 SC 2008.080013-6, Relator: Cláudio Valdyr Helfenstein, Data de Julgamento: 24/05/2011, Quinta Câmara de Direito Comercial, Data de Publicação: Apelação Cível n. , de Fraiburgo)

Por conta dessa soma de considerações, **VOTO PARA NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO**, mantendo-se a sentença atacada em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos.

É COMO VOTO.

— Recife, 26/03/2013.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0273914-6

APELANTE: SOTILTEC EMPREENDIMENTOS LTDA.

APELADO: EC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

REVISOR: DES. **EDUARDO AUGUSTO PAURÁ PERES**

VOTO-REVISÃO

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos à minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

E em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

É meu voto.

Recife, 26 de março de 2013.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Revisor